



Energia EM FOCO

Mercado espera melhora após longo período de interferência política no setor energético

O campo de geração de energia tal como funciona hoje é uma história recente. Até o início da década de 90, o setor era praticamente estatal e prevalecia a tarifa unificada, que muitas vezes era mantida artificialmente baixa como mecanismo de controle da inflação. "Isso não funcionou, as empresas distribuidoras

não tinham dinheiro suficiente para cobrir seus custos nem para pagar pela energia comprada, fornecida principalmente pelas estatais, que não tinham receita para cobrir seus financiamentos, e a conta caía no colo do governo, que tinha que honrar as dívidas", explica Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

A política tarifária afetou a saúde financeira das empresas e gerou colapso no abastecimento, com serviços precários. A situação começou a mudar em 1993, com a lei 8.361, sancionada pelo então presidente Itamar Franco. O decreto estipulou um novo regime, com tarifas divididas por concessionárias e estabelecidas pelo critério de preço teto, em que as empresas precisavam ter uma boa performance para conseguir remuneração adequada. Dois anos depois começou o programa de privatizações, marco para a reformulação do setor energético no Brasil, que vivia o período de estabilização econômica pós ditadura militar.

Em 1996 é criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), como um órgão de Estado, com a finalidade de regulamentar e fis-

LINHA DO TEMPO

Os principais fatos que marcaram a história recente do segmento no Brasil

1995

• **PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO**
Duas novas leis dão base para a reestruturação do setor no País: a 8.987, que ficou conhecida como a Lei de Concessões dos Serviços Públicos, e a 9.074

1993

• **NOVO REGIME TARIFÁRIO**

O presidente Itamar Franco sanciona a lei 8.361, que acaba com a tarifa unificada de energia para todo o Brasil



Pronunciamento: O presidente Itamar Franco anuncia a nova lei, que dá mais competitividade ao setor.

calizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Na verdade, a agência funciona como um mediador que conecta Governo, consumidor e empresas do setor. No ano seguinte, surge o Operador Nacional do Sistema (ONS), que substitui o Coordenador da Operação Interligada (GCOI), um colegiado até então controlado pela Eletrobras.

As privatizações que vinham modernizando o setor foram interrompidas em 2000. De acordo com Bruno Gonçalves da Silva, autor da tese de mestrado sobre a Evolução do Setor Elétrico Brasileiro, a paralisação teve razões técnicas e políticas. “Dentre as técnicas, pode-se destacar o fato de que algumas das privatizações no Brasil ocorreram paralelamente aos estudos para a estrutura-

ção do novo setor e à definição de leis e regulamentações aplicáveis”, diz. “No campo político, houve resistência de diversos congressistas, que se opuseram à concessão das empresas para o setor privado, o que impediu a privatização de instituições como Furnas e Chesf”, acrescenta.

As interferências políticas no setor energético atrapalhavam toda a cadeia, especialmente empresas estatais como Eletrobras e Furnas. De acordo com Eduardo Müller Monteiro, em sua tese de dissertação de Pós-Graduação em Energia na USP, em que analisa o uso político no Sistema Elétrico Brasileiro (SEB), “observa-se a evolução de impostos e encargos sobre a tarifa de eletricidade, o que demonstra como o setor foi crescentemen-

te usado por grupos de pressão política como fonte eficiente de arrecadação de recursos”.

O racionamento de energia elétrica colocou o setor em xeque no ano seguinte. “Foram diversas causas, não se pode atribuir exclusivamente à falta de chuva”, diz Sales. A hidrologia desfavorável foi uma delas, mas era um período de mudança do modelo estatal para o de participação mista (estatal e privado), os parques termelétricos eram incipientes e esbarravam em barreiras regulatórias para a precificação do gás natural. Na época, o presidente Fernando Henrique Cardoso montou um grupo de gestão da crise – presidido por Pedro Parente, hoje presidente da Petrobras – que teve sucesso no equacionamento da situação. O viés do abastecimento foi solucio-

1998

• ONS

O Operador Nacional do Sistema surge como um órgão independente e substitui o Grupo Coordenador da Operação Interligada (GCOI), um colegiado que era controlado pela Eletrobras

1996

• ANEEL

A Agência Nacional de Energia Elétrica é criada com o objetivo de regulamentar e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica

2000

• INTERRUPÇÃO DAS PRIVATIZAÇÕES

Estagnação aconteceu por motivos políticos, congressistas que se opuseram a concessão das empresas para iniciativa privada e também por razões técnicas, como a reestruturação do setor e elaboração de novas leis

nado com um programa de usinas emergenciais. O viés econômico recebeu revisão de contratos entre distribuidores e geradores. “O racionamento teve custo enorme, mas deixou uma herança positiva: a eficiência energética. Houve redução forçada do consumo, que só voltou ao mesmo nível cinco anos depois. O País aprendeu a produzir com menos energia”, diz Sales.

As privatizações intensificaram os mecanismos de competição no mercado e levaram à reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (SEB), entre 2003 e 2004. Nessa época, foram criadas a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão responsável pelos planos setoriais de expansão de mercado, o Comitê de Monitoramento do

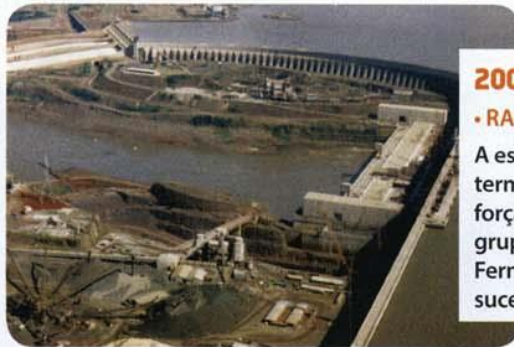
Setor Elétrico (CMSE) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que sucedeu o antigo Mercado Atacadista de Energia (MAE). No ano seguinte, o uso político do setor fica evidente na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Privatizações. A partir do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), membros da CPI identificaram irregularidades no financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para privatização de algumas estatais.

Em 2005 é realizado o primeiro leilão de fontes alternativas, um incentivo às energias renováveis (eólicas, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e biomassa), e também o leilão de projetos estruturantes,

que viabilizou a construção da Hidrelétrica Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia. Três anos depois, um novo leilão possibilita o empreendimento da Hidrelétrica de Jirau, também no rio Madeira. Os anos seguintes são marcados pela elevação do risco de um novo racionamento e pelo leilão de 2010, que permitiu a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará.

A Petrobras foi protagonista de um episódio emblemático em 2011, ano do terceiro ciclo de redução tarifária, momento em que as regras são aprimoradas. Nesse momento, uma série de termelétricas constava no portfólio de usinas que poderiam ser acionadas pelo ONS. “Mas não tinha

ARQUIVO/ABE



Volume baixo: reservatórios das hidrelétricas foram afetados pela falta de chuva

2001

• RACIONAMENTO

A escassez de chuva e parque termelétrico incipiente levaram à redução forçada do consumo de energia. Mas o grupo de gestão da crise do governo de Fernando Henrique Cardoso foi bem-sucedido no equacionamento da crise

2003/2004

• NOVO MODELO

Setor Elétrico Brasileiro (SEB) é reestruturado por meio das leis 10.847 e 10.848, ambas de 2004. Neste momento são criadas a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para avaliar a segurança do suprimento de energia, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

gás natural para aquelas usinas. A Aneel chegou a ponto de penalizar a Petrobras para forçar que as tirasse do rol de operação”, explica o presidente do Acende.

Mas a decisão de maior impacto para o setor, com consequências até os dias atuais, foi assinada pela presidente Dilma Rousseff em setembro de 2012. Trata-se da Medida Provisória (MP) 579, que prometia reduzir a conta de luz das residências em até 20%. Essa redução aconteceria com a renovação antecipada das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia. As companhias que aderissem teriam a indenização pelos ativos ainda não amortizados. “Mas as empresas foram enganadas, não receberam a totalidade

das indenizações. Há casos em que nada foi pago, outros em que o valor está sendo discutido”, diz Sales.

Além disso, os valores definidos como custo de operação e manutenção deixaram as empresas expostas e deflagraram disputas judiciais. As companhias ficaram descapitalizadas e com falta de recursos para investir na melhoria da qualidade dos serviços. Considerada por muitos uma medida eleitoreira, a MP 579 – depois transformada na lei 12.783 de 2013 – provocou redução artificial no preço da conta de luz, no momento em que o Brasil entrava num período crítico de seca, para promover o aumento de tarifa nos anos subsequentes, efeito que perdura até hoje.

Neste contexto, especialistas defendem revisão rigorosa da arquitetura de mercado, sem atuação intervencionista do governo. “O modelo se caracteriza por uma operação centralizada, com preços de curto prazo, uma modelagem imperfeita em vista da complexidade do modelo elétrico de hoje”, diz Sales. “Nossa tese é de que, cada vez mais, precisamos de princípios de mercado para que os agentes tenham capacidade de gerir seus próprios riscos e a conta não sobrar para o bolso do consumidor”, acrescenta Sales. Mas o presidente do Acende diz ter uma perspectiva positiva. “Hoje, temos no setor elétrico brasileiro, nos postos-chaves de governo, pessoas da melhor qualidade e comprometidas com transparência na condução das discussões”, finaliza.

Incentivo: Leilões impulsionam o desenvolvimento de parques eólicos

2005
• **PRIMEIRO LEILÃO DE FONTES ALTERNATIVAS**
Um estímulo às energias eólicas, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e biomassa

• **CPI DAS PRIVATIZAÇÕES**
Evidencia o uso político do setor

• **LEILÃO DE PROJETOS ESTRUTURANTES**
Viabiliza a Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira (RO)



WERTHER SANTANA / ESTADÃO